



**XV CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
26 a 28 de agosto de 2015 – Bento Gonçalves-RS**

ÁREA 2 – CONTABILIDADE PARA USUÁRIOS EXTERNOS

**EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL: UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA
À NBC TG 27 (R1) – ATIVO IMOBILIZADO NAS EMPRESAS
DE CAPITAL ABERTO DOS SEGMENTOS DE BENS INDUSTRIAIS,
SIDERÚRGICO E DE UTILIDADE PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA DO RIO
GRANDE DO SUL, NO PERÍODO DE 2010 A 2013**

FERNANDO ANDRADE PEREIRA
Contador – CRCRS nº 71.631

RENATO BREITENBACH
Contador – CRCRS nº 59.937

DAISE TEREZINHA BOEIRA MESQUITA

**EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL: UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA
À NBC TG 27 (R1) – ATIVO IMOBILIZADO NAS EMPRESAS
DE CAPITAL ABERTO DOS SEGMENTOS DE BENS INDUSTRIAIS,
SIDERÚRGICO E DE UTILIDADE PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA DO RIO
GRANDE DO SUL, NO PERÍODO DE 2010 A 2013**

Resumo

O estudo teve como objetivo analisar o nível de evidenciação contábil nas Notas Explicativas à NBC TG 27 (R1) que trata do ativo imobilizado nas empresas de capital aberto, dos segmentos de bens industriais e siderúrgicos e de utilidade pública e energia elétrica do Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2013. Para desenvolver o estudo foram utilizadas a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa e a pesquisa documental, com uma amostra de doze Cias. Os dados foram obtidos junto a BM&FBOVESPA. Os resultados das análises descritivas demonstraram que a Marcopolo apresentou os melhores níveis de evidenciação em relação às demais empresas analisadas. Os resultados por segmento apontaram melhores níveis de evidenciação para o segmento de bens industriais. O Teste t de *Student* veio por confirmar estatisticamente a diferença entre os dois segmentos. Por fim, foram contrastados os níveis de evidenciação com os indicadores de tamanho absoluto e proporcional, indicadores de rentabilidade e indicador de otimização do ativo imobilizado através da aplicação do coeficiente de correlação linear simples de Pearson. Os resultados mais expressivos apontam para relações moderadamente positivas entre o tamanho do Ativo Imobilizado Líquido (AIL) das Cias com os níveis de evidenciação.

Palavras-chave: Evidenciação contábil. NBC TG 27 (R1) – ativo imobilizado. Divulgação.

Área Temática 2: Contabilidade para Usuários Externos

1 INTRODUÇÃO

O processo de convergência contábil transformou o cenário dos negócios no Brasil. A unificação dos padrões internacionais com o modelo do IASB – *International Accounting Stand Board* alterou significativamente o reporte para apresentação das Demonstrações Contábeis (DC's).

Lei nº 11.638, resultante do Projeto de Lei nº 3.741, que foi promulgada em 28 de dezembro de 2007, foi o ponto pé inicial e a prerrogativa legal para todo este processo. A completa convergência, em 2010, tornou-se obrigatória no Brasil para as Sociedades Anônimas de Capital Aberto.

Assim sendo, o assunto a ser desenvolvido, neste estudo, apresenta como tema as Notas Explicativas referentes ao ativo imobilizado, dando ênfase as empresas que pertencem aos segmentos de bens industriais e siderúrgicos e de utilidade pública e energia elétrica do Rio Grande do Sul, listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), que publicam suas DC's padronizados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), considerando-se o período de 2010 a 2013.

A presente pesquisa está focalizada nas mudanças introduzidas na elaboração das Notas Explicativas das DC's, as quais trazem informações analíticas e complementares, que não são evidenciadas no Balanço Patrimonial ou Demonstrações do Resultado do exercício.

Neste sentido e com base na delimitação do tema proposto, a questão problemática do estudo consiste em avaliar: Qual é o nível de evidenciação contábil nas Notas Explicativas à NBC TG 27 (R1) que trata do ativo imobilizado nas empresas de capital aberto, dos segmentos de bens industriais, siderúrgico e de utilidade pública e energia elétrica do Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2013?

O trabalho está organizado em cinco seções. Após a introdução, é apresentado o referencial teórico utilizado para a o embasamento da pesquisa. Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados. Na quarta, são discutidos os resultados do estudo. Por fim, na quinta seção, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL E DIVULGAÇÃO

A evidenciação contábil ou disclosure tem por finalidade permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade.

Iudícibus (2010, p. 110) esclarece que a evidenciação contábil não deve ser considerada como um princípio, postulado ou convenção, porém como um capítulo especial da teoria da Contabilidade, que tem por finalidade “[...] garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários”.

Como se observa a evidenciação contábil é um instrumento informativo que auxilia os usuários a compreender qual a situação econômico-financeira da empresa em um dado momento, para que possam tomar decisões de investimentos e/ou financiamentos mantendo o negócio competitivo.

De acordo com Oliveira (1998, p. 9), as informações devem ser evidenciadas, de modo a propiciar condições para que os usuários possam tomar decisões acertadas, “[...] existe um conjunto básico de informações que interessa a todos os tipos de usuários, que são relatados nos demonstrativos formais”.

Em relação às decisões aos investidores, basicamente são adotadas as decisões de compra, manutenção e venda, e as decisões dos credores são fundamentalmente

associadas à concessão de crédito da empresa. De acordo com Hendriksen e Breda (1999, p. 511), “[...] definindo-se os acionistas e outros investidores como sendo o grupo apropriado para o foco a ser adotado pela contabilidade”.

Como se percebe, a divulgação das DC’s torna-se cada vez mais útil, pois os acionistas precisam ter o conhecimento da situação da entidade e também é preciso despertar a atenção de futuros investidores, mostrando transparência nas informações financeiras divulgadas.

2.2 DIVULGAÇÃO

No que se refere à divulgação, Hendriksen e Breda (1999, p. 524) citam que “[...] a divulgação envolve o processo completo de contabilidade financeira”. Ainda segundo os mesmos autores “[...] a escolha do melhor método de divulgação, em cada caso, depende da natureza da informação e de sua importância relativa”.

Aquino e Santana (1992) ressaltam que a contabilidade não deve se limitar a produzir e evidenciar informações apenas de natureza financeira. Numa abordagem mais moderna da contabilidade, verifica-se uma tendência à evidenciação de outras informações, que não aquelas direcionadas exclusivamente à tomada de decisões financeiras ou econômicas.

Como se percebe, a divulgação consiste na apresentação de todos os procedimentos que foram desenvolvidos pelas empresas para a elaboração das DC’s, portanto o detalhamento de todos os critérios adotados.

Os métodos mais comuns de divulgação podem ser classificados, como: (i) formato e disposição das demonstrações formais; (ii) terminologia e apresentações detalhadas; (iii) informação entre parênteses; (iv) Notas Explicativas; (v) demonstrações e quadros complementares; (vi) comentários no parecer de auditoria e; (vii) carta do presidente do conselho de administração (HENDRIKSEN; BREDA, 1999; IUDÍCIBUS 2010; GONÇALVES; OTT, 2003).

No que se refere ao formato e à disposição das demonstrações formais, segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 524), “[...] a informação mais relevante e significativa deve sempre aparecer no corpo de uma ou mais demonstrações financeiras”.

Ao se referir sobre o formato e à disposição das demonstrações formais, Oliveira (1998, p. 4) ressalta que contém o maior número de informações, porém apresentam falhas estruturais, normalmente relacionadas com a falta de clareza e acessibilidade de dados, apresentados e resumidos em grupo de contas.

Conforme os conceitos apresentados pode-se afirmar que o formato e a disposição das DC’s formais devem ser apresentados de maneira clara e simples. Para que os usuários possam entender o significado das informações divulgadas, no intuito de tomar decisões para tornar a entidade lucrativa e competitiva e, também, devem ser atualizadas conforme as necessidades dos usuários e em conformidade com as alterações definida em lei.

Por sua vez, no que se relaciona à terminologia e às apresentações detalhadas, Hendriksen e Breda (1999, p. 524) afirmam que “[...] tão importantes quanto à forma das demonstrações, no processo de divulgação, são as descrições usadas numa demonstração e o grau de detalhamento empregado”.

Gonçalves e Ott (2003, p. 3) complementam afirmando que “[...] no que se refere à quantidade de informação a ser divulgada, esta depende, pelo menos em parte, do leitor que a receberá”.

Como se verifica no quesito da terminologia e das apresentações detalhadas, os usuários precisam compreender o que significam os termos empregados nas demonstrações, pois nem todos possuem o conhecimento técnico contábil e, portanto tais informações devem apresentar um detalhamento simples ou quando necessário

desenvolver um glossário com as definições dos termos mais técnicos utilizados nas DC's.

No método de divulgação da informação entre parênteses, conforme Hendriksen e Breda (1999, p. 524), “[...] as informações mais importantes devem ser apresentadas no corpo de uma demonstração financeira e não em notas explicativas ou quadros complementares”.

Aquino e Santana (1992, p. 22) ressaltam que, a rigor poderia ser considerada como integrante das DC's, como complemento da terminologia, a descrição de critério de avaliação, a qualificação e a restrição de determinadas contas, as quais poderão se tornar bastante esclarecedoras.

Como identificado, no método de divulgação da informação entre parênteses, a mesma deve ser utilizada quando se queira despertar a atenção dos usuários, para uma determinada informação ou modificação que apresente relevância no contexto da entidade.

Outra forma de divulgação são as Notas Explicativas, segundo Iudícibus (2010, p.114), “[...] o objetivo é evidenciar informação que não pode ser apresentada no corpo das DC's [...]”.

Gonçalves e Ott (2003, p. 8) complementam afirmando que, “[...] as notas explicativas são bastante conhecidas e têm o objetivo de evidenciar informação que não pode ser apresentada no corpo das DC's, sob pena de comprometer sua clareza”. Salienta-se que este tipo de divulgação foi detalhado no item 2.2.7.

Por sua vez, as demonstrações e os quadros complementares são considerados como outro método de divulgação, e conforme Hendriksen e Breda (1999, p. 529): “[...] para que os dados financeiros sejam sintetizados e apresentados numa demonstração com a concisão suficiente para serem compreensíveis para leitores razoavelmente bem informados”.

Aquino e Santana (1992, p. 23) adicionam que os quadros complementares devem servir para o detalhamento de itens que já estão evidenciados nas DC's, podendo ser agregadas a esse detalhamento informações de natureza qualitativa.

Como adicionam Gonçalves e Ott (2003, p. 6), nos quadros complementares “[...] podem ser apresentados detalhes de itens que constam nas demonstrações tradicionais, mas que não cabem no seu corpo. Normalmente são incluídos entre as notas explicativas como, por exemplo, detalhes sobre empréstimos estrangeiros”.

Como se verifica, o método de divulgação de demonstrações e os quadros complementares passam a ser um complemento do que não pode ser expresso no corpo das DC's.

Outra peça importante, refere-se aos comentários da auditoria referente as DC's divulgadas.

Para Aquino e Santana (1992, p. 27), o parecer de auditoria caracteriza-se mais como um instrumento no processo de divulgação e de aprimoramento da informação contábil e serve para conferir a credibilidade às informações prestadas pela empresa.

O parecer da auditoria, como identificado na citação do autor, é um relatório que visa dar credibilidade ao que está apresentado nas DC's, fazendo com que os usuários percebam que as entidades utilizam os procedimentos contábeis vigentes na legislação.

Como explicam Hendriksen e Breda (1999, p. 529) “[...] todos os dados financeiros relevantes e importantes devem aparecer nesse relatório”, porém como adicionam os autores “[...] uma visão do significado dessa informação pode ser melhor apresentada em forma narrativa pela própria administração da empresa”.

O método de divulgação da carta do Conselho de Administração deve ser um documento que transmita transparência das informações financeiras, contidas nas DC's

aos usuários, assinalando os aspectos mais importantes ocorridos durante o período e, preferencialmente, devem ser descritos de forma clara e objetiva.

Os interesses dos diversos grupos de usuários são diferentes e a empresa tem um objetivo comum, pois devem propiciar uma informação adequada, justa e plena. No entanto, em algumas situações o excesso de síntese e a falta de esclarecimentos sobre os critérios de avaliação, poderão contribuir para a total revelação da situação patrimonial da empresa, desqualificando as DC's como um instrumento de informação e orientação dos usuários.

Embora nem todas as necessidades de informações desses usuários possam ser satisfeitas pelas DC's, há necessidades que são comuns a todos os usuários.

2.3 ATIVO IMOBILIZADO (NBC TG 27 (R1)): CONCEITOS E CRITÉRIOS

A NBC TG 27 (R1) Ativo Imobilizado teve sua primeira versão aprovada em 24 de julho de 2009 e posteriormente foi alterada em 11 de dezembro de 2013, e tornada obrigatória pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A NBC TG 27 (R1) definiu o imobilizado como um ativo tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos, e que se espera utilizar por mais de um ano.

Por sua vez, a Lei nº 11.638/2007 que alterou a Lei 6.404/1976, mediante seu art. 179, inciso IV, conceituou as contas a serem classificadas no ativo imobilizado como: [...] os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007) (BRASIL, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976a).

De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda (RIR), 1999 (RECEITA FEDERAL, 2014b), regido pelo Decreto nº 3.000, de 28 de março de 1999 (BRASIL, 2014b), em seu art. 301, o ativo imobilizado é denominado como um conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, cuja durabilidade (vida útil) seja superior a um ano.

Salienta-se que antes do processo de convergência do IFRS, os ativos incorpóreos tais como marca e patentes, eram reconhecidos no Ativo Imobilizado. Após a inserção das IFRS os ativos incorpóreos deverão figurar no ativo intangível. Por sua vez, os imobilizados corpóreos, tangíveis, são os que têm substância concreta, como exemplos, tem-se os edifícios e os equipamentos.

Conforme Iudícibus e Marion (2010, p. 219), o ativo imobilizado é definido como “[...] todo o ativo de natureza relativamente permanente, que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que não se destina à venda”.

A NBC TG 27 (R1) em seu item 3 definiu que a Norma não se aplica nas situações listadas a seguir:

- a) ativos imobilizados classificados como mantidos para a venda de acordo com a NBC TG 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada;
- b) ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola (conforme a NBC TG 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola);
- c) reconhecimento e mensuração de ativos de exploração e avaliação, conforme prevê a NBC TG 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, correspondente à CPC 34 (IFRS 6), ainda não foi editada. Antiga NBC T19.09;
- d) direitos sobre as jazidas e as reservas minerais tais como: petróleo, gás natural, carvão mineral, dolomita e recursos não renováveis semelhantes.

Contudo, a NBC TG 27 (R1) aplica-se aos ativos imobilizados usados para desenvolver ou manter os ativos descritos nas alíneas (b) a (d), de acordo com o item 3 da referida Norma.

O custo do Ativo Imobilizado é destacado com uma despesa nos períodos contábeis em que os ativos são utilizados na empresa. O processo contábil para essa conversão gradativa do Ativo Imobilizado em despesa denomina-se depreciação.

Para Ribeiro (2010, p. 270), “[...] a depreciação é a diminuição parcelada do valor que sofrem os bens de uso da empresa, em decorrência do desgaste pelo uso, da ação da natureza e da obsolescência”.

Por sua vez, a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado, em seu item 6, dispôs que a depreciação é entendida como “[...] a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil econômica da entidade”. Como explica Mendes (2011), a depreciação corresponde à parcela pertencente ao período total da diferença entre o valor do custo do ativo menos o valor residual esperado ao final de sua utilização.

2.4 ANÁLISE DO ATIVO IMOBILIZADO SEGUNDO A NBC TG 27 (R1)

A letra ‘R’ mais o número que identifica a sua alteração (R1, R2, ...) foi adicionada à sigla da NBC TG 27, para identificar o número da consolidação e facilitar a pesquisa no site do Conselho Federal de Contabilidade. O procedimento adotado do CFC foi motivado pelo fato que as citações da NBC TG 27 em outras normas é identificada pela sua sigla, sem a referência a R1, R2, R..., porque, tais referências são sempre da Norma em vigor, impedindo, assim, que em cada alteração da Norma não haja necessidade de se ajustar as citações em outras normas (CFC, Resolução NBC TG 27 (R1) de 11 de dezembro de 2013, 2014).

Para este estudo foi adotada a NBC TG 27 versão inicial e as alterações da NBC TG 27 (R1), para o período de 2013.

Iudícibus et al. (2010, p. 222) acrescentam que, “[...] a entidade reconhece como ativo em seu balanço um item de ativo imobilizado se for provável que futuros benefícios econômicos e o custo do item puder ser mensurado confiavelmente”. Assim, o reconhecimento do ativo imobilizado deve atender alguns critérios definidos na NBC TG 27 (R1), os quais seguem descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Critérios de Avaliação

Item	Descrição	Divulgação conforme NBC TG 27 (R1)	Itens NBC TG 27 (R1)
1	Critérios de mensuração do ativo imobilizado	73	15-28-29
2	Métodos de depreciação	73	43-62
3	Vida útil	73	50-59
4	Taxas de depreciação	73	50-59
5	Valor contábil bruto e depreciação acumulada	73	43-62-63-64-65-66
6	Conciliação do valor contábil	73	73-Alínea ‘e’ (i, ii, iii, iv, v, vi, vii, viii e ix)
7	Ativos com titularidade restrita	74	74 (a)-(NBC TG 06)
8	Gastos reconhecidos em ativos imobilizados durante a construção	74 (b)	74 (b)
9	Compromissos contratuais na aquisição de ativos	74 (c)	74 (c)

Fonte: Elaborado pelos autores com base na NBC TG 27 (R1)

O Quadro 1 apresenta a base de análise da pesquisa extraída da conciliação dos requisitos da norma com os itens obrigatórios de divulgação que devem ser observados na apresentação das Notas Explicativas divulgadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo pode ser categorizado, quanto ao paradigma da abordagem em qualitativo e quantitativo, “quali-quant”, segundo Beuren *et al* (2013), a utilização de ambos os paradigmas faz com que haja um enriquecimento no resultado, trazendo o aspecto da precisão dos dados quantitativos e o aprofundamento do conhecimento através dos dados qualitativos

Quanto aos objetivos, o estudo pode ser classificado como descritivo, pois inicialmente foram observados os fatos que estão relacionados ao reconhecimento e à mensuração e à divulgação do ativo imobilizado nas Notas Explicativas das DC’s, para que se pudesse, em seguida, realizar os registros que possibilitaram a classificação, a análise e a interpretação das informações obtidas.

Quanto aos procedimentos, é composto pela pesquisa documental, no intuito de observar os dados e os fatos, bem como, interpretar e classificar dados coletados com o objetivo de adquirir conhecimento, considerando-se o que dispõe a NBC TG 27 (R1).

3.1 COLETA DOS DADOS E METODOLOGIA DE ANALISE

Para a seleção das empresas analisadas neste estudo, foi consultado o site da BM&FBOVESPA, nos meses de setembro de 2014 a março de 2015, das companhias abertas do Rio Grande do Sul, perfazendo um total de 30 companhias, aqui denominadas de população do estudo.

Considerando-se o total da população, ou seja, 30 companhias abertas, para este estudo, foram selecionadas 12 companhias para compor a amostra, conforme o Quadro 2.

Quadro 2– Empresas do Rio Grande do Sul Selecionadas para o Estudo

Item	Companhias Abertas	Classificação Setorial	Localização	Denominação adotada no estudo
1	Marcopolo S/A	Bens Industriais Material de Transporte Material Rodoviário	Caxias do Sul	Marcopolo
2	Randon S/A Implementos e Participações	Bens Industriais Material de Transporte Material Rodoviário	Caxias do Sul	Randon
3	DHB Indústria e Comércio S/A	Bens Industriais Material de Transporte Material Rodoviário	Porto Alegre	DHB
4	Fras-le S/A	Bens Industriais Material de Transporte Material Rodoviário	Caxias do Sul	Fras-le
5	Altus Sistema de Automação S/A	Bens Industriais Material de Transporte Material Rodoviário	São Leopoldo	Altus
6	Metalúrgica Gerdau S/A	Materiais Básicos Siderurgia e Metalurgia Siderurgia	Porto Alegre	Gerdau
7	Panatlântica S/A	Materiais Básicos Siderurgia e Metalurgia Artefatos de Ferro e Aço	Gravataí	Panatlântica
8	Rio Grande Energia S/A	Utilidade Pública Energia Elétrica	Caxias do Sul	RGE
9	Baes Energética Barra Grande S/ A	Utilidade Pública Energia Elétrica	Pinhal da Serra	Baes
10	AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A	Utilidade Pública Energia Elétrica	Porto Alegre	AES Sul
11	Companhia Estadual de Distribuição Energia Elétrica CEEE – D	Utilidade Pública Energia Elétrica	Porto Alegre	CEEE – D
12	Companhia Estadual Geração Transm. Energ. Eletr. CEEE – GT	Utilidade Pública Energia Elétrica	Porto Alegre	CEEE - GT

Fonte: Elaborada pela autora com base em BM&FBOVESPA (2014a)

Analisando o Quadro 4 pode-se observar no item dos critérios de mensuração do ativo imobilizado, que as doze empresas divulgaram informações completas.

No item dos métodos de depreciação, nove empresas divulgaram as informações completas nos anos de 2010 a 2012 e no ano de 2013, o número reduziu para oito empresas. Nos anos de 2012 e 2013, duas empresas divulgaram informações incompletas e, nos anos de 2010, 2011 e 2012, em duas empresas, essa informação estava ausente e, no ano de 2013 foram três empresas com essa informação ausente.

No item de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no ano de 2010 sete empresas divulgaram as informações completas sobre esse item e nos anos de 2011, 2012 e 2013 foram seis empresas. No ano de 2010, quatro empresas não dispuseram essa informação, no ano de 2011 foram cinco empresas e nos anos de 2012 e 2013, seis empresas.

No item de taxas de depreciação, três empresas evidenciaram, nos anos de 2010 e 2012, no ano de 2011 foram duas empresas e, em 2013 cinco empresas divulgaram as taxas de depreciação. O que despertou a atenção é que no ano de 2010, oito empresas não divulgaram as taxas de depreciação utilizadas, nos anos de 2011 e 2012 foram nove empresas e, em 2013, o número reduziu para sete empresas.

No item do valor contábil bruto e depreciação acumulada, para os anos de 2010 e 2011, somente quatro empresas divulgaram esse item, e nos anos de 2012 e 2013 essa quantidade aumentou para cinco empresas, respectivamente. No período de 2010 a 2013 três empresas divulgaram informações incompletas e para quatro empresas, essa informação estava ausente.

No item de conciliação do valor contábil dos bens do ativo imobilizado nove empresas divulgaram as informações completas. Essa quantidade aumentou para dez empresas nos anos de 2011, 2012 e 2013. Nos anos de 2010, 2012 e 2013 para duas empresas, esse tipo de informação estava ausente e no ano de 2011, uma empresa não divulgou o respectivo item.

No item de ativos com titularidade restrita, apenas uma empresa divulgou informações completas sobre o item, enquanto que cinco empresas nos anos de 2010 e 2013 divulgaram informações incompletas e nos anos de 2011 e 2012 esse número aumentou para seis empresas. Por outro lado, nos anos de 2010 e 2012, para cinco empresas essa informação estava ausente, no ano de 2011 eram quatro empresas e em 2013 a quantidade aumentou para seis empresas.

No item de gastos reconhecidos em ativos imobilizados durante a construção, oito empresas divulgaram informações completas e nove empresas em 2011, também o fizeram. No ano de 2010 uma empresa disponibilizou informações incompletas, e nos anos de 2012 e 2013 foram duas empresas. Nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 para duas empresas, essa informação estava ausente.

No item de compromissos contratuais na aquisição de ativos apenas uma empresa evidenciou informações completas em suas Notas Explicativas.

Nos anos de 2010 e 2011, para dez empresas essa informação estava ausente e para os anos de 2012 e 2013 onze empresas não divulgaram os compromissos contratuais na aquisição de ativos.

Com o somatório dos pontos acumulados pelas categorias atribuídas às informações divulgadas, elaborou-se uma classificação de acordo com a pontuação atingida pelas doze empresas analisadas, no intuito de assinalar dentre elas, a que apresentou maior aderência às exigências da NBC TG 27 (R1), nos anos de 2010 a 2013. Estes valores serão considerados os níveis de evidenciação. Os resultados estão apresentados na Tabela 01.

Tabela 01 - Classificação das Empresas por Pontuação – Níveis de Evidenciação

Empresa	2010	Ranking 2010	2011	Ranking 2011	2012	Ranking 2012	2013	Ranking 2013
Marcopolo	39	1°	39	1°	39	1°	37	2°
Randon	37	2°	37	2°	37	2°	41	1°
DHB	35	3°	35	4°	35	3°	35	4°
Fras-le	35	4°	33	6°	33	5°	37	3°
Altus	0	-	0	-	31	7°	26	9°
Gerdau	35	5°	35	5°	35	4°	35	5°
Panatlântica	33	7°	19	10°	23	10°	23	10°
RGE	13	11°	13	11°	13	12°	13	12°
Baesa	35	6°	37	3°	33	6°	33	6°
AES Sul	25	10°	25	9°	19	11°	17	11°
CEEE – D	27	8°	27	7°	27	8°	27	7°
CEEE – GT	27	9°	27	8°	27	9°	27	8°

Fonte: Elaborado pelos autores

Na Tabela 01 verifica-se que a empresa que obteve a maior pontuação foi a Marcopolo S/A, nos anos de 2010 a 2013, porque divulgou um maior número de informações classificadas como Informações Completas (IC). Por sua vez, no ano de 2013 foi a empresa Randon que foi classificada na primeira posição do ranking. Por outro lado, a empresa que apresentou a menor pontuação foi a empresa RGE, com 13 pontos ficando, portanto sempre em último lugar no ranking das empresas pesquisadas, em todo o período analisado.

Outro dado que chamou a atenção foi que as Cias dos segmentos de Bens Industriais e siderúrgicos, em todos os períodos analisados, obtiveram melhores resultados que as Cias de Utilidade Pública e Energia Elétrica.

4.2ANÁLISE QUANTITATIVA

Nesta seção é apresentada a análise com a utilização de ferramentas estatísticas complementares à seção anterior. Primeiramente, apresenta-se a análise do cumprimento normativo por tipo segmento de atuação, buscando confirmar os dados dos resultados da análise descritiva, utilizando como variável independente os níveis médios de evidenciação estabelecidos na seção anterior.

Para efeito de comparação, foi aplicado o Teste t de *Student* que é usado para testar afirmações sobre parâmetros populacionais, relativos a média de pequenas amostras (Triola, 1999). Procurou-se comparar os graus de divulgação contábil por segmentos dividindo as Cias em dois grupos. No primeiro grupo, as Cias pertencentes ao segmento de Bens Industriais e Siderúrgicos e no segundo, Utilidade Pública e Energia Elétrica.

Para a realização dos testes admitiu-se as seguintes hipóteses:

a) H0: o grau de divulgação das Cias de Bens Industriais e Siderúrgicos é igual às das Cias de Utilidade Pública e Energia Elétrica; e

b) H1: o grau de divulgação das Cias de Bens Industriais e Siderúrgicos é diferente das Cias de Utilidade Pública e Energia Elétrica.

A hipótese nula (H0) é a hipótese sob a qual o teste é realizado. Se os dados amostrais estiverem de acordo com a hipótese nula formulada, ocorrerá a aceitação da hipótese. Por outro lado, se os dados amostrais não estiverem em sintonia com a hipótese formulada, o teste nos levará a uma rejeição da hipótese nula e, conseqüentemente, aceitamos H1 que é a hipótese complementar.

Os resultados estão demonstrados na Tabela 2.

Tabela 02 – Teste T – *Student* por Segmento de Atuação

2010		2011		2012		2013	
Bens Ind. e sid.	Util. Pub. e Energ.	Bens Ind. e sid.	Util. Pub. e Energ.	Bens Ind. e sid.	Util. Pub. e Energ.	Bens Ind. e sid.	Util. Pub. e Energ.
35	13	35	13	35	13	35	13
33	35	19	37	23	33	23	33
39	25	39	25	39	19	37	17
37	27	37	27	37	27	41	27
35	27	35	27	35	27	35	27
35		33		33		37	
				31		26	
Teste T	1,31%		16,22%		3,75%		2,79%

Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados da aplicação do teste rejeitam a hipótese nula para os anos de 2010, 2012 e 2013, num grau de confiança de 95%. Ou seja, as diferenças entre os níveis de evidenciação das Cias de Bens Industriais e Siderúrgicos em relação às Cias de Utilidade Pública e Energia Elétrica, são estatisticamente significantes o que corrobora com os resultados das análises descritivas.

Discutidos os níveis de evidenciação com as causas que os precedem bem como, as diferenças na qualidade da evidenciação por segmento de atuação, cabe então, uma análise para identificar se existe relação entre os níveis de evidenciação com os indicadores de desempenho das empresas para confirmar ou refutar a hipótese de que as empresas que detêm melhores níveis de evidenciação são também, aquelas que melhor gerenciam seus ativos imobilizados.

Para tanto, foram extraídos os indicadores de tamanho absoluto e proporcional. O valor absoluto foi extraído das NE's das Cias referente ao Logaritmo natural do Imobilizado Líquido e, o tamanho proporcional, através da divisão do Ativo Imobilizado Líquido (AIL) pelo Ativo Total (AT).

Indicadores de rentabilidade, extraído pelo cálculo do Retorno do Imobilizado (RI), através da divisão do (AIL) pelo Lucro Líquido.

Por fim, indicador de otimização calculando o Giro do Ativo Imobilizado (GI). Este indicador demonstra a relação existente entre o valor das vendas líquidas com o investimento no Ativo Imobilizado demonstrando a efetiva utilização da capacidade produtiva da empresa.

Para a concretização desta etapa do estudo foi realizado o coeficiente de correlação linear simples de *Pearson*, representado pela letra "r". O Quadro 5 proposto por Santos (2007) apresenta os níveis de correlação possíveis.

Quadro 5 – Níveis de Correlação

Coefficiente de correlação	Correlação
R = 1	Perfeita positiva
0,8 < r < 1	Forte positiva
0,5 < r < 0,8	Moderada Positiva
0,1 < r < 0,5	Fraca Positiva
0 < r < 0,1	Ínfima Positiva
0	Nula
-0,1 < r < 0	Ínfima Negativa
-0,5 < r < -0,1	Fraca Negativa
-0,8 < r < -0,5	Moderada Negativa
-1 < r < -0,8	Forte Negativa
R = -1	Perfeita Negativa

Fonte: Santos (2007)

Como se pode observar no Quadro 5, a correlação pode ser positiva ou negativa, quanto mais o valor de “r” se aproximar de 1, maior é o índice de correlação positiva e quanto mais o valor se aproximar de -1, maior é a correlação negativa.

A Tabela 3 demonstra os resultados das correlações para cada ano e para a média geral dos níveis de evidenciação apurados na análise descritiva

Tabela 3 – Correlação de Pearson sobre a variável Nível de Evidenciação

Anos	Nível de evidênciação	Log Tamanho	Participação	Retorno	Giro
2010	1	0,6502	0,3435	0,5366	-0,3782
2011	1	0,7385	0,4769	0,1867	-0,5615
2012	1	0,4441	0,0560	-0,0054	-0,0864
2013	1	0,5141	0,1452	0,0203	-0,1896
Média geral	1	0,7109	0,3810	0,2282	-0,4550

Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados apontam para relações moderadamente positivas entre o tamanho do AIL das Cias com os níveis de evidenciação para os anos de 2010, 2011, 2013 e para a média do período em análise. Quanto à participação, do AIL em relação ao AT das Cias, existe correlação, moderada positiva, somente em 2012. O indicador de rentabilidade apresentou relação positiva moderada, somente em 2010. Já quanto a análise de otimização do uso do AIL, pôde-se observar relação moderada positiva, somente em 2011.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O tema, “evidenciação contábil”, como prática de transparência, tem se destacado na evolução da teoria da contabilidade, reflexo das transformações sociais produzidas pela facilidade de acesso às informações advindas do desenvolvimento da tecnologia e do processo de globalização mundial.

Dentro deste contexto, as mudanças ocorridas no cenário contábil brasileiro a partir da promulgação da Lei nº 11.638 de 2007, alterando a Lei nº 6.404 de 1976, veio por definir uma nova conceituação básica da informação contábil, inserido no contexto mundial pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

A ligação entre a evidenciação contábil com as mudanças no padrão contábil foi o pressuposto para a realização deste estudo tendo como objetivo principal: analisar o nível de evidenciação contábil nas Notas Explicativas à NBC TG 27 (R1) que trata do ativo imobilizado nas empresas de capital aberto, dos segmentos de bens industriais, siderúrgico e de utilidade pública e energia elétrica do Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2013.

Por sua vez, a escolha das empresas de capital aberto, se justificou por serem as maiores empresas do Rio Grande do Sul. No que concerne à NBC TG 27 (R1) referente ao Ativo Imobilizado, a escolha se justifica à grande representatividade desse item para as empresas, e que geralmente, são bens duradouros, ou seja, apresentam uma vida útil de longo prazo, e devem ser reconhecidos adequadamente, mensurados e monitorados continuamente pelas empresa, e também, devem ser divulgados nas Notas Explicativas de forma detalhada e de fácil entendimento para aqueles profissionais que buscam informações das empresas neste quesito.

Os resultados indicaram que as doze empresas de capital aberto, localizadas no Rio Grande do Sul, estão se adaptando desde o ano de 2010 à convergência das normas contábeis internacionais.

Assim sendo, a análise do estudo mostrou que em termos de nível de aderência à NBC TG 27 (R1) que se refere à divulgação do ativo imobilizado nas Notas Explicativas das doze empresas de capital aberto, do Rio Grande do Sul, a empresa Marcopolo apresentou o maior nível de aderência se comparado com as demais empresas analisadas nos anos de 2010 a 2012, apresentando um nível de 39 pontos, e no ano de 2013 foi a empresa Randon que melhor divulgou a NBC TG 27 (R1) em suas Notas Explicativas, com um nível de 41 pontos.

Por outro lado, a empresa que menos evidenciou contabilmente os critérios da NBC TG 27 (R1), referente ao ativo imobilizado em suas Notas Explicativas, foi a empresa RGE totalizando apenas 13 pontos, no período compreendido entre os anos de 2010 a 2013.

A análise por segmentos identificou que a empresa Marcopolo foi a que mais pontuou no segmento de bens industriais, nos anos de 2010 a 2012, com 39 pontos e, para o ano de 2013 foi a empresa Randon que totalizou 41 pontos. Por sua vez, no segmento de utilidade pública e energia elétrica a empresa que mostrou maior nível de aderência à NBC TG 27 (R1) foi a empresa Baesa com 35 pontos em 2010; 37 pontos no ano de 2011 e nos anos de 2012 e 2013 com 33 pontos.

Com os dados das análises descritivas foi possível realizar as análises complementares do estudo através de dados estatísticos. Em primeiro lugar foi aplicado o Teste t de *Student* para confirmar ou refutar as diferenças entre os níveis de evidencição entre as Cias do segmento de bens industriais e siderúrgicos com as Cias de Utilidade Pública e Energia Elétrica.

Os resultados da aplicação do teste rejeitam a hipótese nula para os anos de 2010, 2012 e 2013, num grau de confiança de 95%. Ou seja, a diferença entre os níveis de evidencição das Cias de Bens Industriais e Siderúrgicos em relação às Cias de Utilidade Pública e Energia Elétrica são estatisticamente significantes, o que corrobora com os resultados das análises descritivas.

Coube então, analisar a relação entre os níveis de evidencição e os indicadores de tamanho absoluto e proporcional, indicadores de rentabilidade e indicador de otimização do ativo imobilizado. As análises foram feitas através do coeficiente de correlação linear simples de *Pearson*.

Os resultados apontam para relações moderadamente positivas entre o tamanho do AIL das Cias com os níveis de evidencição para os anos de 2010, 2011, 2013 e para a média do período em análise. Quanto à participação do AIL em relação ao AT das Cias, existe correlação moderada positiva, somente em 2012. O indicador de rentabilidade apresentou relação positiva moderada, somente em 2010. Já quanto a análise de otimização do uso do AIL, pôde-se observar relação moderada positiva, somente em 2011.

Este estudo não pretendeu esgotar o tema, pois como é recente, ainda existem muitas pesquisas que deverão ser desenvolvidas, na busca do aprendizado contínuo sobre a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado.

5.1 RECOMENDAÇÕES

Concluído o trabalho, restam ainda muitos pontos que poderão ser abordados em estudos científicos futuros. Dentre estes, a análise da gestão dos Ativos Imobilizados como um todo, levando em consideração a instrução dos responsáveis pelo departamento contábil e a estrutura administrativa, buscando explicar se os níveis de evidencição mantêm relação com estes dados.

Outro estudo recomendado é o da análise da aplicação da NBC TG 01 – Teste de Recuperabilidade, que trouxe mudanças profundas na aplicação dos procedimentos adotados no Ativo Imobilizado das Cias.

Pode-se desdobrar, também, em estudos sobre a melhoria da evidenciação em função dos procedimentos adotados pelos órgãos reguladores e normativos e a assimetria destes com os procedimentos contábeis.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Wagner de; SANTANA, Antonio Carlos de. Evidenciação. **Caderno de Estudos**. n. 5. São Paulo: FIPECAFI, 1992.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. 8. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2013.

BOFF, M. L.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Informações recomendadas pelo parecer de orientação nº 15/87 da CVM no relatório da administração de empresas familiares de capital aberto. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 6, n. 3, p. 247-257, 2009. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos82008/69.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2014.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO – BM&FBOVESPA. **Empresas Listadas**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 09-10 set. 2014a.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 17 ago. 2014e.

_____. **Decreto Lei nº 3.000, de 26 de março de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm>. Acesso em: 11 ago. 2014b.

_____. **Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm>. Acesso em: 07 set. ago. 2014c.

_____. **Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4506.htm>. Acesso em: 17 ago. 2014d.

_____. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 11 ago. 2014a.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC TG – Geral: Normas Completas**. Postado em: 27 maio 2014. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/word/press/wp-content/uploads/2012/12/NBC_TG_GERAL_COMPLETAS_23052014.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2014.

_____. **Resolução CFC NBC TG 27 (R1) de 11 de dezembro de 2013 – Ativo Imobilizado**. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/NBCTG27\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/NBCTG27(R1))>. Acesso em: 23 ago. 2014.

_____. **Resolução CFC nº 1.177 de 24 de julho de 2009**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138> Acesso em: 23 ago. 2014.

GONÇALVES, Odair; OTT, Ernani. **Pesquisa sobre a Evidenciação Contábil nas Companhias de Capital Aberto com Atuação no Brasil**. In: IX Convenção de

Contabilidade do Rio Grande do Sul, 13 a 15 ago. 2003, Gramado, RS. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/conv/t12.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

HENDRIKSEN, Eldon S; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**: atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Wagner. **Volume IV**: ativo intangível (CPC 04) e ativo imobilizado (CPC 27). 1. ed. São Paulo: IOB, 2011 (Coleção IFRS).

OLIVEIRA, Alessandro Macêdo. Informações: a busca da evidenciação ideal. **Caderno de Estudos**. v. 10, n. 19, p. 16-22. São Paulo: FIPECAFI, 1998.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Carla. Estatística descritiva: manual de auto-aprendizagem. Lisboa: Sílabo, 2007.

TRIOLA, Mário T, Introdução à Estatística. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.